

São Francisco deve levar R\$ 15 bi da Eletrobras

Por Camila Maia, Rodrigo Polito e Raphael Di Cunto | De São Paulo, Rio e Brasília



O relator do PL da privatização de Eletrobras, José Carlos Aleluia: "Estou mais preocupado com a forma de governança".

O governo já trabalha com a possibilidade de que as contribuições que a Eletrobras precisará fazer para a revitalização do rio São Francisco, no contexto de sua privatização, vão chegar a um total de R\$ 15 bilhões com a tramitação do projeto de lei (PL) que trata da operação no Congresso, apurou o Valor com fontes próximas da situação.

Pelo texto proposto no PL, a Eletrobras fará aportes de R\$ 350 milhões por ano na revitalização do rio durante os primeiros 15 anos das suas novas concessões, baixando para R\$ 250 milhões por ano nos últimos 15 anos, chegando a um total de R\$ 9 bilhões para o programa.

O Valor apurou, porém, que o governo não vai vetar alterações no

projeto de lei que elevem o total a até R\$ 500 milhões anuais, levando o total da contribuição a R\$ 15 bilhões ao longo dos 30 anos. Esse já era o montante mínimo de contribuição defendido por algumas alas do Ministério de Minas e Energia (MME), mas que acabou sendo reduzido por pressões da equipe econômica do governo.

O aumento dos valores deve ser necessário para garantir a aprovação do PL principalmente no Nordeste, onde fica a sede da Chesf e que concentra a principal resistência à privatização da companhia elétrica. "Se é isso o que é necessário para aprovarem a lei, vamos aceitar", disse uma fonte do governo ao Valor.

"Essa é uma solução para que a bancada do Nordeste aprove o projeto de lei", disse uma fonte, completando que, ao se levar em conta a situação do rio, a ideia não é "de todo ruim".

Relator do PL, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) já chegou a chamar, em entrevista anterior ao Valor, os R\$ 9 bilhões de "migalhas". Questionado sobre a disposição do governo de elevar o valor, ele disse que ainda não avaliou a questão. "Não comecei a conversar ainda, mas é muito bom saber que o governo está disposto a discutir", afirmou.

Para o deputado, o mais

importante para discutir primeiro é o modelo de gestão desse dinheiro. "Estou muito mais preocupado com a forma de governança, para ser algo moderno e eficiente. Se deixar nas mãos do governo, podem ser R\$ 50 bilhões que não vai dar certo", disse. Aleluia disse que ainda não decidiu qual o modelo a ser adotado na revitalização do rio, mas lembrou da Tennessee Valley Authority (TVA), que desde 1933 atua no desenvolvimento do vale do Tennessee, nos Estados Unidos, utilizando dinheiro da geração de energia do rio.

A ideia dele é criar uma agência reguladora para fiscalizar o uso dos recursos no programa de revitalização do São Francisco. A ideia é vista com receio no setor.

"Hoje já existe a Codevasf [Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba] e a ANA [Agência Nacional de Águas], organismos que, teoricamente, teriam a responsabilidade de se ocupar das questões relativas ao rio São Francisco", lembrou Claudio Sales, presidente do instituto Acende Brasil. Segundo ele, não necessariamente a melhor solução passa pela criação de uma nova agência, mas a discussão entre as partes precisa ser "serena".

Ainda no contexto da privatização, outra agência está nos planos de uma ala do Ministério de





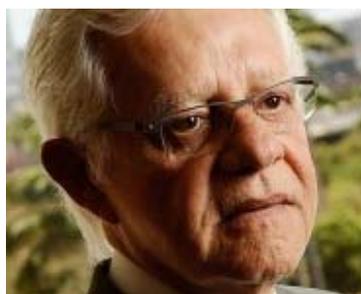
Minas e Energia, a criação de uma Agência Brasileira de Desenvolvimento Energético (ABDE), para gerir, por exemplo, os recursos do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e do Programa Nacional da Racionalização do uso dos Derivados de Petróleo e do Gás Natural (Conpet).

Essas agências, se saírem do papel, terão orçamentos próprios e funcionários, e se somariam aos demais órgãos já existentes no setor elétrico, como Aneel, CCEE, EPE e ONS. No caso da ABDE, a posição de especialistas do setor é mais contundente. "Acho exagerada essa ideia de criar outra agência, disse um especialista, sob a condição de anonimato.

"A criação de outra agência seria um exemplo eloquente de uma entropia burocrática desnecessária, e com riscos aumentados de uso político sobre recursos que são privados, gerados a partir da conta de energia", disse Sales. Para ele, a criação dessa agência traria riscos muito grandes ao país.

Governo discute campanha de comunicação para melhorar aceitação da venda da estatal

Por Rafael Bitencourt e Daniel Rittner | De Brasília



Moreira Franco: intervenção no RJ não afetará ritmo de tramitação do PL.

O governo começou a discutir ontem uma campanha publicitária para a privatização da Eletrobras. Para o Palácio do Planalto, a intervenção federal na área de segurança pública do Rio de Janeiro não afetará o trâmite do projeto de lei enviado ao Congresso Nacional para tratar do assunto.

Na avaliação de integrantes do governo, é possível dar maior visibilidade aos pontos positivos da privatização. A ideia é que a população seja alcançada por essa mensagem - que inclui ações de recuperação do rio São Francisco e impossibilidade de mais aportes públicos na Eletrobras - e que isso se reverta em apoio dos parlamentares ao projeto de lei.

"Agora, vai ser a batalha no Congresso que vai estar dentro da perspectiva de esforço de comunicação do governo como um todo", disse o ministro de Minas e

Energia, Fernando Coelho Filho, após reunião ontem no Planalto.

Segundo ele, a necessidade de fazer uma campanha publicitária - a exemplo das que foram preparadas para as reformas da Previdência, trabalhista e do ensino médio - será decidida pela equipe do ministro Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência). "Teremos, nos próximos dias, algum desdobramento de qual vai ser a melhor forma de abordar e explicar todos os benefícios do processo de privatização", disse.

Para ele, a privatização da estatal do setor elétrico exige uma abordagem diferente das de reformas. "É diferente porque [o efeito] não é tão direto assim, mas é importante mostrar a situação da empresa, os benefícios, desmitificando o que vem sendo dito ao longo do tempo. Essa avaliação será feita por quem entende mais", afirmou.

O marqueteiro Elsinho Mouco e Wesley Santos, subsecretário de Comunicação Digital da Presidência da República, participaram da reunião. Não houve definição sobre o início de campanhas de publicidade, afirmou Moreira. "Tivemos uma reunião de conceitualização. Foi para entender o processo. Não se trata de uma privatização ou desestatização tradicional. É uma capitalização da companhia", acrescentou.

De acordo com Moreira, a intervenção no Rio não afetará o ritmo de tramitação do PL da Eletrobras (9.463/2018) na Câmara dos Deputados. O governo precisa de tudo aprovado - incluindo no Senado - ainda no primeiro semestre. A ideia é realizar, em junho ou julho, a assembleia de acionistas da empresa para deliberar sobre um aumento de capital em que a União não entrará.

Só com aporte dos acionistas privadas, o governo federal deverá perder o controle e ficar com pouco mais de 40% da companhia energética. "Não vejo nenhum motivo para atrasos."

Entre as vantagens da privatização da Eletrobras que devem ganhar evidência, em eventual campanha publicitária, estão o fim do repasse aos consumidores de despesas vinculadas ao risco hidrológico das usinas do grupo estatal e da necessidade de aportes da União para salvar a companhia de sua dificuldade de caixa.

Outro aspecto que deve ser considerado na estratégia de convencimento é a inviabilidade de continuar reproduzindo o modelo de gestão estatal na Eletrobras. No entendimento do atual governo, a Eletrobras não conseguiria se adequar à nova realidade do setor elétrico brasileiro, que contou com a recente chegada de grupos estrangeiros.

Para analistas, intervenção no RJ não afeta projeto

Por Camila Maia e Estevão Taiar
| De São Paulo

A intervenção federal na segurança pública do governo no Rio de Janeiro pode atrasar a tramitação de outras pautas do governo no Congresso, mas as expectativas de aprovação do projeto de lei de privatização da Eletrobras permanecem inalteradas. Para especialistas do setor elétrico e economistas ouvidos pelo Valor, a privatização da Eletrobras seguirá prioritária.

Para Juan Jensen, economista e sócio da 4E Consultoria, é possível que a privatização seja aprovada neste ano, mesmo com a intervenção. A favor da privatização, diz ele, está o interesse já declarado do governo no avanço da proposta.

"Acho que o governo tem toda a motivação para fazer a tramitação do projeto o mais aceleradamente possível", afirma Claudio Sales, do instituto Acende Brasil. Segundo ele, sem a privatização, a Eletrobras vai

precisar de aportes do Tesouro para se manter. "Não realizar a privatização significaria que o Tesouro estaria compelido a fazer aportes na Eletrobras, para os quais sabidamente não há recursos disponíveis", diz.

"A privatização é algo bom, vai trazer benefícios para a população como um todo", disse João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia. Para ele, o cenário político atual pode adiar um pouco o cronograma das reformas do setor elétrico, mas nada que comprometa seu andamento.

Armando Castelar Pinheiro, pesquisador do Ibre-FGV, considera a aprovação no Congresso improvável, "mas não impossível". "Não sei se o governo vai conseguir mobilizar apoio, mas acho que vai tentar", diz. De qualquer maneira, a aprovação da privatização independe da política adotada por Temer no Rio, segundo Castelar. "Não acho que isso atrapalhe", afirma.

União prevê obter R\$ 1 bi da partilha este ano

Por André Ramalho | Do Rio

O governo federal estima arrecadação potencial de R\$ 1 bilhão em 2018 com a comercialização de petróleo e gás natural da União produzidos no pré-sal sob regime de partilha. O montante considera não só a produção futura de campos como Mero (área noroeste de Libra) e Sapinhoá, como também valores incluídos num acerto de contas sobre a produção passada de campos que passarão por acordos de unitização com a PPSA, estatal que representa os direitos da União nos contratos de partilha.

A informação, publicada pela "Reuters", foi confirmada ao Valor pelo secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix. "A expectativa nossa é contribuir com R\$ 1 bilhão, que é a soma da venda de óleo e gás com o que vai equalizar", disse.

A estimativa do governo é que a

União tem direito a uma parcela de 5 milhões de barris, referentes a volumes de campos que já produzem há alguns anos no pré-sal (como Lula e Sapinhoá), mas cujos reservatórios se estendem para fora de suas áreas de concessão para áreas ainda não contratadas.

Nesses casos, as empresas que operam essas concessões têm que fechar um acordo de individualização da produção (AIP), destinando parte da produção da jazida para a União. Conforme esses acordos sejam celebrados, a União passa a ter direito a receber valores retroativos relativos à produção dessas áreas. Félix disse, ainda, que a projeção de receitas toma como base um barril de petróleo abaixo dos US\$ 60.

Em janeiro, a PPSA havia estimado que as receitas com a venda do óleo e gás da União totalizariam R\$ 300 milhões. A diferença, segundo Félix, é que a projeção de R\$ 1 bilhão inclui montantes envolvidos nas equalizações da produção dos campos em fase de unitização.

'Pauta prioritária' tenta agradar mercado

Por Fábio Pupo, Andrea Jubé, Fabio Graner e Daniel Rittner | De Brasília

O governo decidiu anunciar uma agenda legislativa "prioritária" depois que o principal item da pauta econômica, a reforma da Previdência, ficou paralisada no Congresso devido à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. A lista é composta por 15 itens, a maioria já em tramitação no Congresso, e inclui o projeto de autonomia do Banco Central (BC).

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu que as discussões sobre a autonomia do BC são antigas, mas afirmou que hoje existe a "decisão política" de se apresentar a proposta. "É um projeto que, de fato, já é discutido há muito tempo no Brasil. Quando eu era presidente do BC [2003 a 2010], defendi. Mas nunca houve decisão política e condições de se apresentar esse projeto. Agora, existe", afirmou o ministro.

Meirelles lembrou que há propostas sobre a autonomia já em tramitação no Congresso, mas indicou que o governo fará um novo texto sobre o tema. Segundo ele, a proposta de autonomia do BC foi eleita como prioritária em conjunto com lideranças do Congresso. Apesar de acreditar que ela tem chances "elevadas" de aprovação,

Meirelles baixou o tom do anúncio ao dizer que não há "garantia" de aprovação pois o Congresso é "soberano".

A inclusão da autonomia do Banco Central entre os temas prioritários é uma tentativa de agradar os mercados após a formalização do enterro da Previdência. Embora o tema tenha condições de ser encaminhado por projeto de lei, ele pode encontrar dificuldades - principalmente em ano eleitoral.

A lista com a "pauta prioritária" anunciada no Palácio do Planalto por alguns dos mais importantes ministros de Temer é composta por muitos itens já conhecidos e já tratados anteriormente como relevantes pela equipe econômica. Entre eles, por exemplo, estão a reforma tributária do PIS/Cofins, a nova lei de finanças públicas (PL 295), a desestatização da Eletrobras (PL 9463), o projeto sobre os depósitos voluntários no Banco Central (PL 9248), a desoneração da folha (PL 8456), a extinção do Fundo Soberano, a proposta sobre o cadastro positivo (PLP 441), o texto acerca da duplicata eletrônica (PL 9327) e a lei sobre distratos (PLS 774).

Também estão na pauta o marco legal de licitações e contratos (PL 6814), a regulamentação do teto remuneratório (PL 6726), o reforço das agências reguladoras (PL 6621),

o programa de recuperação e melhoria empresarial das estatais (PL 9215) e a atualização da lei geral de telecomunicações.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que a reforma da Previdência já era vista pelo mercado como algo de "baixa probabilidade" e que o novo anúncio tem como objetivo enviar aos agentes a mensagem de que o governo está atuante. "A pauta revigorada é importante para a avaliação do mercado sobre o Brasil e aumentará a credibilidade do governo. A apresentação visa transmitir aos agentes econômicos a mensagem de que o governo está atuante em temas de impacto para economia brasileira", afirmou o ministro.

A lista de prioridades legislativas resgatam uma agenda de apelo empresarial, que inclui a modernização de marcos regulatórios e enfatiza a melhoria do ambiente de negócios no país. Algumas haviam ganhado impulso no início do governo Michel Temer, ainda em 2016, e até tiveram "meia sanção" - na Câmara ou no Senado. Depois, com a tensão política causada pelas denúncias da Procuradoria-Geral da República (PGR), foram abandonadas pelo Palácio do Planalto e acabaram andando praticamente de lado no Congresso Nacional em 2017.





É o caso, por exemplo, da nova lei de licitações e de uma lei geral para o funcionamento das agências reguladoras. Ambas foram aprovadas no Senado e, em um sinal de abandono, ficaram meses sem instalação de comissões especiais para análise dos projetos. A reforma do marco das telecomunicações, que pode viabilizar investimentos bilionários das operadoras de telefonia em expansão da banda larga, também entrou na lista.

A lista também chama atenção por algumas ausências. A lei de falências é uma delas. Segundo o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, no entanto, parte dos estudos está em seu gabinete e outra parte na Fazenda. A intenção, diz ele, é juntá-los e mandá-los para o Congresso - mas ele não fixou uma data.

Outra medida fora da lista é o projeto que acaba com o teto de capital estrangeiro nas empresas aéreas. A proposta foi enviada pelo governo ao Congresso no primeiro semestre do ano passado. Também se arrasta na Câmara a lei geral de licenciamento ambiental, que ficou de fora da lista de prioridades.

Intervenção poderá driblar teto de gastos

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

As eventuais despesas que forem feitas pela União no Rio de Janeiro, por conta da intervenção federal na área de segurança, não entrarão no cálculo do teto de gastos se forem autorizadas por meio de créditos extraordinários ao Orçamento, informou ontem o Ministério do Planejamento ao Valor.

A emenda constitucional 95, de dezembro de 2016, que criou o teto de gastos para a União, excluiu do limite as despesas incluídas no Orçamento por meio de créditos extraordinários nos termos do parágrafo terceiro do artigo 167 da Constituição Federal. Este dispositivo constitucional diz que a abertura de crédito extraordinário "somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública".

Os gastos com a intervenção federal no Rio podem ser enquadrados no dispositivo do artigo 167, de acordo com avaliação feita por fontes ouvidas pelo Valor. Os créditos extraordinários são abertos no Orçamento pelo presidente da

República por meio de medida provisória, que depois precisa ser aprovada pelo Congresso.

Embora não sejam incluídos no teto de gastos, os créditos extraordinários para realizar eventuais despesas da intervenção no Rio afetam a meta fiscal, esclareceu o Ministério do Planejamento. Ou seja, os gastos serão incluídos no cálculo do resultado primário, pois eles terão que ser custeados pelas receitas primárias previstas na lei orçamentária. O resultado primário (déficit ou superávit) é a diferença entre as receitas e as despesas, sem considerar o pagamento de juros das dívidas públicas.

O Ministério do Planejamento esclareceu ainda que, se a despesa decorrente da intervenção for financiada diretamente por transferências de recursos de órgãos específicos da administração federal, ela entrará no cálculo do teto de gastos e também afetará o resultado primário.

Se, por exemplo, o governo federal for obrigado a aumentar as dotações orçamentárias do Ministério da Defesa para fazer frente às tarefas que serão desempenhadas pelas Forças Armadas no Rio, essa

elevação das despesas será computada no teto de gastos. Em tese, o governo teria que compensar este aumento das dotações do Ministério da Defesa com o corte de despesas em outras áreas.

Neste ano, no entanto, o teto de gastos tem uma folga de R\$ 2,893 bilhões, de acordo com o relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, relativo a fevereiro, divulgado pelo governo na semana passada. Isto significa que as despesas submetidas ao teto, que constam da programação orçamentária e financeira do Tesouro para 2018, estão abaixo do limite total de R\$ 1,348 bilhões, fixado para este ano, em R\$ 2,893 bilhões.

Fonte do governo informou que esta é uma "margem" que eventualmente poderá ser utilizada durante a intervenção do Rio, preservando o teto e sem exigir corte de outras despesas.

A abertura de créditos extraordinários no Orçamento é uma prática comum da administração federal. A previsão do governo, antes do decreto de intervenção, era de créditos extraordinários neste ano no valor de R\$ 1,192 bilhão, de acordo com o relatório de fevereiro.

Agenda reciclada

Governo deixa Previdência de lado e apresenta pacote de 15 medidas, maioria parada no Congresso

GERALDO DOCA, CÁSSIA ALMEIDA, LUÍS LIMA e GABRIEL MARTINS

-BRASÍLIA, RIO E SÃO PAULO- O governo comunicou ontem, oficialmente, que desistiu da reforma da

Previdência, justificando que agora há um "impedimento legal": a intervenção federal na segurança pública do Rio, decretada pelo presidente Michel Temer na última sexta-feira. A decisão foi anunciada três dias depois de Temer ter dito que cessaria os efeitos do decreto para votar a proposta, caso o Legislativo tivesse os votos necessários — o que não ocorreu. No lugar da reforma, o Planalto apresentou um pacote de 15 medidas velhas, amplamente divulgadas, como a pauta prioritária. Entre elas, a privatização da Eletrobras; o cadastro positivo; a duplicata eletrônica; autonomia do Banco Central e simplificação tributária, com a reforma do PIS/Cofins.

Várias das ações estão paradas



Resistência. Manifestantes marcham contra a reforma da Previdência na Avenida Paulista, em São Paulo

no Congresso há meses. Coube ao ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, encarregado pelo Planalto de negociar a proposta com o Congresso, comunicar que a reforma tinha sido deixada de lado. Marun disse que Temer tomou a decisão de suspender a reforma depois de ter conversado informalmente com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O entendimento é que, enquanto durar a intervenção federal no Rio — prevista para até dezembro de 2018 — fica vedada a votação, inclusive a tramitação (os debates) de qualquer emenda à Constituição Federal. A reforma da Previdência já passou pelas comissões da Câmara, aguardava votação no plenário e ainda precisava tramitar pelo Senado. — Hoje, a análise que

se tem, após o debate, consultas informais a alguns ministros do STF, é que a tramitação da reforma está suspensa em função da decretação da intervenção — admitiu Marun. — A PEC sai do Congresso e vai para os palanques.

Marun mencionou que a sugestão do presidente de suspender os efeitos do decreto para votar a Previdência seria um ato "controverso": — Você

suspende o decreto e depois reedita esse decreto?

PROTESTOS NO RIO E EM SÃO PAULO

O posicionamento do Planalto sobre a suspensão da reforma veio depois de os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado, Eunício Oliveira, terem se manifestado contra a tramitação da reforma. Segundo um interlocutor do Planalto, Temer recuou para se antecipar a uma decisão do STF de que a reforma não poderia ser votada em qualquer hipótese, durante a intervenção.

A Corte foi acionada por partidos da oposição, contra a aprovação da proposta. Ao divulgar a lista das ações prioritárias no governo, os





ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, reconheceram que estavam "repautando" os temas para sinalizar ao mercado que o governo mantém o foco na economia. Os itens selecionados, na avaliação da equipe econômica, têm potencial para melhorar a produtividade da economia. — Não são medidas estritamente fiscais, mas uma pauta mais ampla que levará a mudanças importantes na economia brasileira — disse Oliveira. Ao ser indagado sobre o fato de ser uma pauta "velha" e sobre as dificuldades de aprovação das propostas em ano eleitoral, Meirelles, respondeu: — O fato de elas não terem sido aprovadas significa que elas são novas (...). No caso do PIS/ Cofins, a proposta é novíssima porque ainda não foi apresentada.

Mesmo sem os votos necessários para aprovar a reforma, os dois ministros sempre foram defensores ardorosos das mudanças da Previdência, como a medida mais importante para equilibrar as contas públicas. Ontem, no entanto, minimizaram o fato de o governo ter abandonado a proposta. Para Oliveira, o mercado já não contava mais com a proposta, diante das chances pequenas de aprovação. Meirelles, por sua vez, destacou que, desde sexta-feira, quando o governo decretou a intervenção no Rio, o mercado vem reagindo de forma natural porque a questão da segurança no estado é mais urgente. O ministro também disse que não

está "preocupado" se as agências de risco cortarem a nota de crédito do Brasil por causa do abandono da reforma pelo governo: — Fazemos o nosso trabalho, e as agências de rating têm que avaliar. O líder do governo no Congresso, Romero Jucá (PMDB-RR), fez questão de destacar que o governo tem pouco tempo para aprovar os 15 itens da sua pauta prioritária, mas que os parlamentares farão um esforço concentrado em março: — Temos consciência de que o calendário é apertado, mas o Congresso vai dar conta do recado.

Meirelles chegou a gravar uma participação no programa do Ratinho, do SBT, mas a exibição prevista para ontem foi suspensa. Segundo a emissora, a entrevista "perdeu objeto" porque tinha como tema central a votação da reforma da Previdência. Para José Márcio Camargo, da PUC e economista-chefe da Opus Gestão de Recursos, nada substitui a reforma da Previdência, mas é importante manter a agenda de reformas: — Algumas medidas realmente são importantes, como aprovar o cadastro positivo, mexer no PIS/ Cofins, mas não tem nada que substitua a importância da reforma da Previdência. Mas, já que não se consegue tocar, é importante tocar outras coisas.

É melhor do que não ter nada. A economista e professora Margarida Gutierrez, do Coppead/UFRJ, diz que essas medidas microeconômicas

são necessárias, mas questões como a reoneração da folha de pagamento e a autonomia do Banco Central (BC) são mais difíceis de serem aprovadas: — Não sei se o governo vai ter fôlego no Congresso para aprovar. Autonomia operacional do BC, com mandato fixo, também tenho dúvidas. Em São Paulo, as paralisações convocadas por centrais contra a reforma da Previdência afetaram os bancos de capital e de Osasco. No ABC Paulista, foram interrompidas as atividades nas montadoras.

Segundo o sindicato dos metalúrgicos, a adesão à paralisação foi de 53 mil profissionais, ou de 75% da base do sindicato. As paralisações no transporte público ocorreram em Santo André, São Bernardo do Campo e Guarulhos. À tarde, um protesto tomou parte da avenida Paulista, com concentração diante do vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp). No Rio, a manifestação afetou serviços como bancos, ônibus e aeroportos. No Centro, agências bancárias ficaram fechadas das 10h ao meio-dia, e cerca de cem pessoas participaram de uma caminhada no fim da tarde, saindo da Candelária rumo à Cinelândia. Segundo o Centro de Operações da Prefeitura do Rio (COR), a pista lateral da Avenida Presidente Vargas sentido Candelária e a Rio Branco chegaram a ser fechadas por 20 minutos, mas foram reabertas, após o grupo de manifestantes passar a andar na calçada.

Análise : Conjunto de velhas propostas

Governo tenta mostrar que ainda tem agenda econômica depois de não obter votos para Previdência

MARTHA BECK

O governo enterrou ontem sua proposta de reforma da Previdência. Depois de constatar que não teria votos suficientes para aprovar mudanças impopulares no regime de aposentadorias e partir para uma agenda com muito mais projeção política — a intervenção federal na segurança no Rio de Janeiro —, o Palácio do Planalto decidiu mudar sua estratégia. Jogou a Previdência para o lado e tentou colocar em seu lugar um conjunto de medidas velhas para mostrar que ainda tem uma agenda econômica. O rol de propostas inclui ações que vão desde a reforma do PIS/Cofins — assunto que se discute desde o governo Dilma Rousseff — até a extinção do Fundo Soberano, medida que foi anunciada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ainda em 2016, quando apresentou o pacote fiscal que criava um teto para os gastos públicos.

Também entraram na pauta requeitada medidas fiscais nas quais o governo tentou avançar, sem sucesso, ao longo de 2017: a criação

de um teto remuneratório para o serviço público e a reoneração da folha de pagamento das empresas. Na esfera microeconômica entraram o cadastro positivo, a duplicata eletrônica e a lei que regulamenta o distrato de imóveis. Todas ações que a equipe econômica cita recorrentemente quando quer mostrar que sua agenda é diversificada.

Até mesmo a privatização da Eletrobras, que sempre foi uma prioridade para o governo, pois deve render ao mesmo R\$ 12 bilhões aos cofres públicos em 2018, apareceu como algo que pode compensar o fim da reforma da Previdência. Para tentar reforçar o discurso econômico, o pacote "novo" foi apresentado pelos ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha; da Secretaria de Governo, Carlos Marun; do Planejamento, Dyogo Oliveira, além de Meirelles, e dos líderes do governo no Congresso. Mas algumas coisas denunciavam o quanto o conjunto era reciclado. Logo no início da entrevista coletiva, o ministro da Fazenda já lançou mão de seu celular para acessar o WhatsApp. Quem conhece Meirelles sabe que isso acontece quando o ministro já perdeu — há muito tempo — o interesse no assunto.

Sem receitas extras, governo não cumpriria regra fiscal desde 2014

Recursos atípicos somaram R\$ 90,5 bi em 2017, maior patamar desde 1997

BÁRBARA NASCIMENTO

-BRASÍLIA- O governo tem sido obrigado a recorrer a receitas atípicas nos últimos anos para conseguir se manter enquadrado na chamada regra de ouro, princípio constitucional pelo qual não se pode emitir dívida para pagar gastos correntes, como folha de pagamento, por exemplo. Dados da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado Federal, mostram que, não fosse a contabilização desses recursos, que incluem repasses do BNDES e de lucros do Banco do Central, o mecanismo estaria sendo descumprido desde 2014. Sem previsão de nova devolução do BNDES para o ano que vem, o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, alerta que a regra de ouro está ameaçada em 2019.

Pela regra de ouro, os gastos com operações de crédito não podem ser maiores do que as despesas com investimentos. O problema é que, com a crise fiscal dos últimos anos, os investimentos encolheram

enquanto a dívida pública cresceu. Para tentar minimizar esse problema, a equipe econômica pediu ao BNDES a devolução antecipada de recursos que foram aportados na instituição no passado. Eles ajudam a reduzir o estoque do endividamento. Em 2016, foram R\$ 100 bilhões. Em 2017, R\$ 50 bilhões. E, em 2018, a previsão é que entrem mais R\$ 130 bilhões. Segundo Salto, mesmo entre 2010 e 2013, a regra foi cumprida com uma margem curta: — Se retirar a contabilização de fluxos financeiros atípicos, a regra já estaria sendo descumprida desde 2014. A regra de ouro foi criada para estimular o investimento.

Mas, na prática, os números mostram que ela não tem gerado esse efeito positivo. A IFI destaca que o resultado entregue no ano passado foi fortemente influenciado por receitas extraordinárias, "pouco correlacionadas com o ciclo econômico". Elas atingiram, em 2017, R\$ 90,5 bilhões ou 1,4% do PIB. Esse é o maior valor, proporcionalmente ao Orçamento, desde 1997. Para 2018, a instituição espera R\$ 72,7 bilhões em receitas atípicas, sendo que, dependendo do

cenário, esse número poderia subir para R\$ 112,7 bilhões. Para o ano que vem, o governo já sabe que não terá novos recursos do BNDES. Por isso, estuda uma saída jurídica. Uma das ideias que estão na mesa é pedir ao Congresso uma autorização, via projeto de lei, para realizar operações de crédito que assegurem a regra de ouro.

O governo deve prever no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2019, inclusive, que, sem essa autorização, não terá condições de cumprir com a previsão constitucional. Em seu relatório mensal, a IFI divulgou ainda previsões melhores para o crescimento de 2017 e 2018. Pelas contas da instituição, o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu 1,1% no ano passado e terá alta de 2,7% esse ano. Antes, as estimativas eram de 0,7% e de 2,3%. A mudança é decorrente de dados acima do esperado no fim de 2017 e de uma consequente melhora na perspectiva para 2018. A instituição prevê que as contas públicas terão reversão de déficit para superávit primário em 2023, um ano antes do previsto no último relatório (no cenário-base).

Das 15 medidas da nova agenda econômica, 11 são requestradas

Maeli Prado
Gustavo Uribe
BRASÍLIA

O governo apresentou nesta segunda-feira (19) uma lista de 15 pautas prioritárias para a área econômica no Congresso a serem tocadas ainda neste ano diante da decisão de desistir de aprovar a reforma da Previdência antes da eleição presidencial.

Dessas, 11 são projetos de lei que já tramitam no Congresso, como a reoneração da folha de pagamento, o novo cadastro positivo, uma regra para distrato de imóveis e a privatização da Eletrobras. Esses temas enfrentam resistência de parlamentares.

Também estão na pauta projetos que alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei das Licitações e regras sobre agência reguladoras e empresas estatais.

O governo tenta ainda aprovar duas medidas que podem afetar o

mercado de crédito (a duplicata eletrônica e uma nova opção para regular a quantidade de dinheiro na economia) e uma legislação para evitar que servidores recebam acima do teto do funcionalismo público (hoje de R\$ 33.763,00).

As quatro medidas que foram apresentadas como possíveis temas de novos projetos são a autonomia do Banco Central, a reforma do PIS/Cofins, a atualização da Lei Geral de Telecomunicações e a extinção do Fundo Soberano.

FORMATURAÇÃO

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que a mudança no PIS/Cofins, primeira etapa de uma reforma tributária, está em fase de formatura final na Receita Federal.

Sobre o projeto que dá autonomia ao Banco Central, Meirelles afirmou que é uma questão discutida há bastante tempo, mas que nunca houve uma decisão política.

O ministro disse também que a

aprovação da pauta prioritária pode ter um impacto maior em 2018 do que a reforma da Previdência. "A Previdência é fundamental, pois tem um efeito de longo prazo. Agora, as medidas fiscais equacionam o curto prazo, 2018, e colaboram com 2019."

Na entrevista, convocada de última hora, não foram apresentados números sobre o impacto orçamentário dessas medidas.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que, embora não tenham sido incluídos nessa pauta, continuam sendo prioritários o adiamento do reajuste dos servidores, a mudança na tributação de fundos exclusivos e a alteração da alíquota previdenciária dos funcionários públicos.

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que, apesar da impossibilidade da aprovação da reforma da Previdência, a gestão de Michel Temer continua sendo "reformista por excelência".





PLANO B

11 medidas já tramitam no Congresso

- 1 Mudança na lei de licitações
- 2 Mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal
- 3 Regulamentação do teto do funcionalismo
- 4 Desestatização da Eletrobras
- 5 Aumento na autonomia das agências reguladoras
- 6 Criação de depósitos voluntários no BC para regular dinheiro na economia
- 7 Redução da desoneração da folha de pagamentos
- 8 Programa de recuperação e melhoria empresarial das estatais
- 9 Nova regra para o cadastro positivo
- 10 Duplicata eletrônica
- 11 Distrato de imóveis

NOVAS MEDIDAS

- 12 Reforma do PIS/Cofins
- 13 Autonomia do BC
- 14 Atualização da Lei Geral de Telecomunicações
- 15 Extinção do Fundo Soberano